

A QUESTÃO DA SECULARIZAÇÃO DOS CEMITÉRIOS DA CIDADE DE CUIABÁ A PARTIR DE 1901*

ROCHA, Maria Aparecida Borges de Barros**

Neste trabalho propomos inicialmente a apresentação de algumas personagens, em torno das quais se desenvolverão a trama e os embates que são objetos de nossa investigação em torno da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá a partir de 1901. Procuraremos considerar atuações dessas personagens a partir de documentação do Arquivo Público de Mato Grosso, assim como do Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, privilegiando nesses arquivos publicações nos principais jornais da cidade na época: *A Cruz* e *o Rebate*.

Todas essas personagens estarão intimamente envolvidas em diversos acontecimentos em torno da história da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá que se caracterizará por uma disputa político-religiosa e judicial, Cada personagem manifestando-se à sua maneira, colocar-se-á de um ou de outro lado da disputa, a favor da Igreja ou do Estado, mas, sempre deliberando em público suas opiniões através dos principais jornais envolvidos na questão: O jornal *A Cruz*, defendendo interesses da Igreja e o jornal *A Reação*, defendendo interesses da secularização. No segundo momento desta discussão, pretendemos abordar, para maior elucidação, duas publicações dos jornais citados.

A principal fonte que selecionamos para esta discussão é um documento do Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá, denominado : *A questão dos cemitérios públicos de Cuiabá – considerações sobre a origem dos mesmos e análise dos documentos que provam o domínio do Estado, 1901*. Trata-se de um documento publicado pelo jornal *O Rebate* com objetivo de apresentar o contexto do processo de secularização dos cemitérios em Cuiabá, a partir da apresentação de algumas personagens

O primeiro e mais importante personagem da nossa história é D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo da Arquidiocese de Cuiabá no período de 1878 a 1921. Estando à frente da Igreja em 1901, quando do embate da secularização dos cemitérios, usará as páginas do jornal “A Cruz” para levar à público, através de diversas Cartas Pastorais, as suas palavras e suas idéias e as da

* Texto referente à pesquisa em andamento visando doutoramento em História pela Universidade Federal de Goiás.

** Mestre em História Pela Universidade Federal de Mato Grosso, autora da obra *Transformações nas Práticas de Enterramentos em Cuiabá – 1850/1889*, publicada pela Lei de Incentivo à Cultura do Estado de Mato Grosso. Doutoranda em História pela Universidade Federal de Goiás

Igreja que representava, assim como as suas reações e as daquela instituição diante do processo de espoliação que, a seu ver, a Igreja estaria sofrendo com a questão da secularização dos cemitérios.

D. Aquino Correa, outra personagem importante da história da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá, em 1921 assumirá o cargo de bispo da Arquidiocese de Cuiabá, após a morte de D. Carlos. Homem religioso e homem de letras, autor de inúmeras e notáveis Cartas pastorais, de discursos, trabalhos históricos e poesias,, tomando a iniciativa de fundar a Academia Mato-grossense de Letras onde, depois, como titular, seria aclamado por unanimidade Presidente de Honra. Criou também o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, do qual foi eleito Presidente Perpétuo. Em 1923 é protagonista principal do desfecho final da questão dos cemitérios públicos da cidade quando depois de um longo litígio, faz um acordo com o poder secular representado pelo município e pelo estado, cedendo as chaves dos cemitérios ao poder laico, enquanto é resguardada à Igreja apenas a atuação religiosa restrita ao interior da capela daqueles cemitérios.

Nossa terceira personagem, D. Antonio Luis Malan veio para Cuiabá como padre salesiano, trazido por D. Carlos Luiz D'Amour, com objetivo social e religioso de fundar e administrar escolas voltadas para a educação religiosa de rapazes e moças. Fundou o Colégio S. Gonçalo para educação dos rapazes e o Colégio Coração de Jesus, que foi dirigido por irmãs de caridade voltadas para a educação de moças da cidade, além do Asilo Santa Rita para o atendimento de crianças pobres. Essas atividades tinham como objetivo principal a retomada de terreno que a Igreja considerava essencial para o embate que se desenrolava.

José de Mesquita, principal intelectual cuiabano da época, teve atuação fundamental na fundação do Instituto Histórico de Mato Grosso e do Centro de Letras Mato-grossense, que originou a Academia Mato-grossense de Letras. Dispondo de aprimorado conhecimento histórico e excelente oratória, experimentou grande êxito como intelectual e magistrado, contribuindo durante mais de dez anos com a Revista da Cultura do Rio de Janeiro, periódico sob direção da ação católica. Era um homem de seu tempo, um homem religioso que também se envolveu com a questão da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá, foi colaborador e dirigiu durante cerca de vinte anos o jornal *A Cruz*, periódico da ação católica em Cuiabá e em seus escritos vai lamentar o desfecho do processo de secularização dos cemitérios da cidade.(MESQUITA,1936, p. 37-70)

Devemos acrescentar mais três personagens, que também desempenharão importante papel na questão, conforme a seguir:

José Crescêncio de Mattos – Tenente Coronel aposentado, deputado e defensor da secularização dos cemitérios dentro do parlamento, colaborador do jornal

“O Rebate” onde fará publicar suas percepções sobre a questão da secularização dos cemitérios.

Francisco Agostinho Ribeiro – Advogado e jornalista, representante e advogado do município na defesa da secularização dos cemitérios e diretor do Jornal “O Rebate” – que estará a favor da secularização.

Arnaldo Novis – Advogado da Igreja, colaborador e diretor do jornal “A Cruz” – principal jornal religioso e defensor da manutenção da administração da Igreja sobre os cemitérios.

Os jornais da cidade de Cuiabá nas primeiras décadas do século XX podem ser utilizados como fontes preciosas de informações sobre o cotidiano da cidade e de sua população, assim como nos fornecerão informações sobre o desenrolar da questão dos cemitérios públicos. Chamou nossa atenção a atuação de dois jornais que se caracterizam pelo envolvimento com a secularização dos cemitérios. Um jornal religioso católico: *A Cruz*, que defenderá os interesses da Igreja e a manutenção da administração religiosa dos cemitérios e um jornal leigo: *O Rebate* que defenderá os interesses do Estado e a secularização dos cemitérios.

Nesta oportunidade pretendemos utilizar como fontes duas publicações dos jornais acima referenciados com objetivo de levantar algumas questões e hipóteses para pensar o nosso objeto de pesquisa.

Em de 20 de Novembro de 1900 a Câmara Municipal da cidade de Cuiabá manda publicar no jornal *O Rebate* a seguinte Resolução:

Art. 1º- A partir de 1º de janeiro próximo futuro passarão os cemitérios públicos do 1º e do 2º distritos desta capital para o poder da municipalidade, ficando para isso autorizado, desde já, o intendente a tomar as providências que julgar necessárias, a fim de dar cumprimento a presente resolução.

Art.2º- Revogam-se as disposições em contrário.

O documento acima indica que o poder público civil procura estabelecer as normas oficiais de sua apropriação dos cemitérios da cidade de Cuiabá, que até então tinham sido administrados por representantes da Igreja Católica. Devemos considerar que estamos nos primeiros anos da República que vai se caracterizar pela formação de um Estado laico, independente da Igreja.

Essa Resolução que parece representar um ultimato, uma derradeira ordem com objetivo de ser sumariamente cumprida, nos leva a algumas indagações: Quais as providências consideradas necessárias para o cumprimento da Resolução? Que trâmites

legais teriam sido levados a efeito para que tal Resolução fosse aprovada? Como reagiria a Igreja católica diante dessa Resolução?

Em nossas investigações pretendemos buscar respostas para as duas primeiras indagações. Quanto à terceira indagação, consideramos pertinente considerar a seguinte portaria publicada logo a seguir. Em 2 de dezembro de 1900 o Bispo D. Carlos Luiz D'Amour fez publicar no jornal *A Cruz* uma portaria, conforme a seguir:

D. Carlos Luiz D'Amour, por mercê de Deus e da Santíssima Sé Apostólica, Bispo da Diocese de Cuiabá, Considerando que a Câmara Municipal desta cidade, em sua Resolução nº 40, de 19 de Novembro último, esbulhando a Fábrica da Catedral desta Diocese do direito de propriedade que lhe assiste sobre o Cemitério de Nossa Senhora da Piedade, fere claramente os direitos da Santa Igreja e vai de encontro ao que preceitua a Constituição Federal, com relação aos cemitérios já existentes, criados por particulares, por Irmandades ou pelo povo e sobre os quais resta apenas à municipalidade o Direito de Inspeção e atendendo a que um dos principais deveres do nosso ministério pastoral é zelar e defender os direitos da mesma Santa Igreja e obstar pelos meios ao nosso alcance a que sejam eles invadidos ou extorquidos.

*Havemos por bem interditar como pela presente nossa Portaria interditamos, a capela de N. S. da Piedade do referido cemitério, ficando desde já proibido aos reverendos sacerdotes sob pena de suspensão *Ipsa Facto* do exercício de suas ordens, celebrar na dita capela o Santo Sacrifício da Missa e qualquer outro ato religioso, que também proibimos se celebre no respectivo cemitério. E para que chegue ao conhecimento de todos os nossos amados diocesanos, será esta portaria, depois de registrada em nossa câmara, publicada no jornal "A Cruz", assim como também será publicada à estação das missas na Sé Catedral e Igrejas Matrizes e nas Capelas do Colégio São Gonçalo e do Asilo Santa Rita desta cidade.*

Dada em sua residência episcopal de Cuiabá, sob nosso sinal e selo, aos dois de Dezembro de 1900.

D. Carlos Luiz D'Amour, Bispo de Cuiabá.

O documento considera a secularização dos cemitérios como algo abrupto, que excluía a Fábrica da Catedral do seu Direito de Propriedade sobre os cemitérios, ferindo os direitos da Igreja. Nesse sentido devemos investigar se, essa secularização realmente se efetuou, em Cuiabá, de forma abrupta e repentina, por força da legislação republicana, sem que a Igreja tivesse sido avisada ou teria havido outro documento anterior, outro debate em torno dessa questão? Não devemos deixar de considerar que o processo de secularização dos cemitérios em outras cidades e capitais já vinha ocorrendo desde meados do séc. XIX. Em muitas cidades esse processo se fez no momento da transferência dos enterramentos das igrejas para os cemitérios.

Existe, no entanto, outra questão a ser pensada: o bispo considera que a secularização da forma como estava sendo feita se chocaria com as determinações da

Constituição Federal, com relação aos cemitérios já existentes e construídos por irmandades, igrejas, associações leigas e mesmo pela população cuja administração era feita pela Igreja e assim, de acordo com a Constituição, poderia continuar. Mas, enfim, quem teria direito à administração do cemitério?

Esse na verdade é um dos principais pontos de discórdia na discussão, que gerará a disputa judicial, pois tanto a Igreja como o Estado se julgam com direito de propriedade e de administração sobre os cemitérios, porque ambos teriam feito investimentos na construção do mesmo. O litígio vai estar posto, pois, ambos procurarão na justiça provar a posse desses direitos sobre o cemitério, cada qual representada por um advogado, conforme citado acima.

Como a Igreja poderia se resignar em perder o controle sobre os cemitérios e enterramentos, assim como sobre os assentos de nascimentos e de óbitos como era imposto pela nova Constituição, sem qualquer tentativa de reverter o quadro? Afinal essa situação era muito desfavorável para a Igreja se apresentava em todo o país a partir da República. Esses representavam fortes indícios de que a secularização estaria se estabelecendo na sociedade.

Uma outra informação do documento se refere à reação apresentada pelo bispo quanto às práticas religiosas no recinto do Cemitério da Piedade. Com efeito, o bispo proíbe terminantemente que, a partir da publicação daquela portaria, qualquer ato religioso, assim como o Santo Sacrifício da Missa, seja proferido no interior daquele cemitério ou de sua Capela, que é interdita para qualquer prática religiosa.

Dessa forma o bispo procura demonstra certa autoridade sobre os enterramentos e as relações entre vida e morte da população, assim como sua contrariedade com os acontecimentos, mandando publicar essa portaria no jornal “A Cruz” assim como manda também fazer divulgar nos principais redutos religiosos da cidade: As principais igrejas no momento das missas. Talvez essa fosse uma estratégia do bispo, uma tentativa de reverter o quadro mobilizando a população a favor de sua causa ou da causa da Igreja, difundindo informações sobre os acontecimentos, através da divulgação no decorrer das missas, momento solene em que os fiéis estariam reunidos no interior dos templos religiosos.

Uma matéria de José de Mesquita publicado no jornal *A Cruz* em 1901 apresenta uma perspectiva de leitura daquele momento e bem pode indicar o modo como ele acompanhou os fatos, assim com as considerações que fez sobre os

acontecimentos, que muito provavelmente pode ser representativo do parecer daquela população maciçamente católica:

Sinto ter que reconhecer, mas, o que me parece é que houve um certo açodamento ao tratar de um elemento que muito deveria ser melhor avaliado, por se tratar de questão muito delicada e que vem de encontro aos interesses maiores de nossa população.

José de Mesquita, o intelectual mais importante da cidade, reclama em poucas palavras, mas, de forma muito clara, que algo tão importante para aquela população, quanto a administração dos cemitérios, não poderia ser resolvida de forma abrupta porque dessa forma se chocava com os preceitos religiosos de todos e com os hábitos religiosos da população.

Uma imagem fotográfica de três dos principais personagens envolvidos na questão da secularização dos cemitérios da cidade de Cuiabá será a seguir apresentada e rapidamente discutida a partir de alguns referenciais determinados por Kossoy, Ricouer, Samuel e Koselleck.

Antes, porém, façamos algumas considerações sobre o uso de imagens. È reconhecido que imagens fotográficas quando identificadas e analisadas sistematicamente com metodologias adequadas, se constituem em fontes extremamente ricas para a reconstituição histórica de fatos do passado. Essa reconstituição, no entanto requer certos cuidados e uma sucessão de construções imaginárias, assim como o contexto particular que resultou na materialização da fotografia, a história daquelas personagens representadas e o objetivo ou o pensamento embutido em cada fragmento fotográfico. È preciso, no entanto, certos cuidados com o consenso generalizado acerca do mito da fotografia como uma espécie de sinônimo de realidade ou de verdade, pois, a fotografia é uma representação elaborada culturalmente e tecnicamente e os ícones inerentes a essa registro, não podem ser compreendidos isoladamente ou desvinculados do processo de construção dessa representação.

Através da fotografia poderemos decifrar fatos, momentos, olhares e gestos, assim com compreender seu entorno ou decifrar o ausente que já é passado. Considerando-a como um vestígio do passado, indícios, pistas ou rastros que podem possibilitar ao historiador mais uma possibilidade de pesquisa. Trabalhar com fotografias exige, no entanto, uma iconologia cuidadosa das imagens e um domínio da realidade própria do tema registrado na imagem, assim como da realidade que a circunscreveu no tempo e no espaço. Conforme Boris Kossoy:

Será no oculto da imagem fotográfica, nos atos e circunstâncias a sua volta, na própria forma como foi empregada, que, talvez, poderemos encontrar a senha para decifrarmos seu significado. Resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível. (KOSSOY, 2002, p.135).

Paul Ricouer define como presentificações aquilo que descreve alguma coisa de maneira indireta, apoiada numa coisa apresentada como os retratos, quadros, estátuas e fotografias. Ele cita Aristóteles que havia dado início a uma fenomenologia a partir da observação de um quadro ou de uma pintura que podiam ser lidos como imagem presente ou como imagem que designa uma coisa irreal ou ausente.

De acordo com Ricouer o discurso histórico busca legibilidade e visibilidade: fazer ficção do discurso histórico poderia ser entendido como um entrecruzamento da legibilidade e da visibilidade na representação historiadora. Mas, conforme Ricouer:

È com o retrato das personagens da narrativa, sejam narrativas de vida, narrativas de ficção ou narrativas históricas, que a visibilidade supera claramente a legibilidade. [...] as personagens da narrativa são inseridas na intriga ao mesmo tempo em que o são também os acontecimentos que, juntos, constituem a história narrada. Com o retrato, distinto do fio da trama da narração, o par do legível e do visível desdobra-se nitidamente. (RICOUER, 2007, p. 276).

Essa par legível e visível, conforme Ricouer dá lugar a traços notáveis, comparáveis à narrativa de ficção e narrativas de história, pois, pode-se dizer que nós “lemos” uma pintura, assim como que o narrador “pinta” uma cena de batalha.

Samuel Raphael considera o uso de fotografia e o modo como os historiadores tem usado imagens de fotografias em seus trabalhos. De acordo com Samuel Rafael as fotografias não podem ser tratadas como auto- explicativas, para trabalhar com imagens e fotografias não basta apenas observar a imagem apresentada, é preciso investigar, pois, conforme esse autor as próprias fotos são muitas vezes construídas de tal maneira que devem ser especuladas, investigadas, reviradas ou interpeladas pelo historiador.

O autor recomenda que os historiadores sejam mais críticos em relação ao uso da fotografia pela história, pois, de acordo com seu parecer esses profissionais seriam muito críticos com outras fontes e muito condescendentes com as imagens e fotografias. Enfim, trabalhar com fotografias requer pensar o que está além do que é simplesmente apresentado, requer pensar em porque e como essa imagem foi produzida, com quais interesses e como essas imagens pretendem representar determinada realidade do presente ou do passado. Para Samuel as legendas que acompanham as

imagens costumam ser muito esclarecedoras, mas, é preciso cuidado, pois, elas são na verdade interpretações com juízo de valor, representando percepções referentes a um determinado grupo social ou a um determinado indivíduo. (SAMUEL, 1997)

A fotografia é uma fonte iconográfica que também contribui para melhor entendimento das formas como no passado, as pessoas representaram sua história e sua historicidade e se apropriaram da memória cultivada individual e coletivamente. Essa fonte nos possibilita compreender como valores, interesses, técnicas e olhares podem proporcionar construções históricas.

Essas imagens são geralmente e não necessariamente de maneira explícita, plenas de representações do vivenciado e do visto e, também, do sentido, do imaginado, do sonhado, do projetado. São, portanto, representações que se produzem sobre as variadas dimensões da *vida no tempo e no espaço*(PAIVA, 2006, p. 14).

De acordo com Paiva a iconografia pode ser considerada como uma das mais ricas fontes disponíveis ao trabalho do historiador, no entanto, é preciso saber indagar e buscar as respostas embutidas nas imagens que oferecem também as escolhas de quem as produziu e todo um contexto no qual foi produzida, idealizada, forjada ou inventada.

A fotografia abaixo faz parte dos Arquivos da Cúria Metropolitana da cidade de Cuiabá será utilizada em nossa discussão por apresentar três importantes personagens. De acordo com o enunciado no verso da foto, da esquerda para a direita: D. Antonio Malan, D. Aquino Correa, e D. Carlos Luiz D'amour.



A foto nos sugere uma datação e podemos pensar algumas considerações sobre sua produção a partir do que ela apresenta. Se questionarmos, conforme Samuel Raphael, as circunstâncias em que essa foto foi feita, além de considerar que no estado de Mato Grosso do início do século XX fazer uma fotografia representava a busca de perpetuar uma ocasião especial. Essa fotografia parece reproduzir uma ocasião especial, pois todos dessa forma estão vestidos de acordo com suas funções e apresentam posturas que indicam certa formalidade e que estão fazendo pose para o fotógrafo.

Muito provavelmente o fotógrafo foi um polonês chamado Tchao, único da cidade na época. Possivelmente essa fotografia foi feita em 1893 quando da chegada de D. Antonio Malan em Cuiabá, pois nessa época D. Aquino Correa já estava em Cuiabá e já ostentava o título de Bispo, enquanto D. Carlos ostentava o título de Arcebispo

desde 1892, como D. Antonio Malan vem para a cidade de Cuiabá apenas no ano de 1893, provavelmente nesse ano a foto foi feita.

Conforme Luiz Philippe Pereira Leite, nesse ano a Diocese de Cuiabá é desvinculada da Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo erigida à categoria de Arquidiocese com objetivo de submeter outras duas dioceses: de Corumbá e de Cáceres também criadas naquele momento para que dessa forma pudessem abranger todo o imenso território do Estado de Mato Grosso.(PEREIRA LEITE, S/D, p. 309).

Nessa elaboração podemos supor a preocupação da Igreja Católica em submeter todo o território mato-grossense à administração de seus Cânones religiosos.

D. Antonio Malan era um religioso ilustre, ele vem para Cuiabá para cumprir uma missão muito especial, mas vejamos as condições enfrentadas pela Igreja naquele momento que justificam sua vinda para esta cidade. Nas primeiras décadas do século XX a Igreja ainda vivia um momento denominado de *Reforma Católica* – um dos movimentos mais expressivos dessa instituição na história do país, pois, procurava combater os efeitos da implantação de seitas protestantes no país, que defendiam a bíblia como único caminho de salvação.

Os bispos reformadores da Igreja Católica, estimulados pela Santa Sé, de acordo com Mabel Salgado Pereira, defendiam a confirmação da administração dos sacramentos pelos clérigos como a principal fonte da graça divina. Esse esforço reformador foi denominado como romanização do catolicismo brasileiro ou ultramontanismo, em virtude de se submeter diretamente à orientação de Roma.(PEREIRA, 2005, p. 70)

Esses confrontos religiosos estarão se desenrolando num cenário social e político característico da mudança de século, sob influência da recente abolição da escravatura e de formação de uma sociedade burguesa na transição do Império para a República. Surgia no Brasil o Estado Leigo, estruturado pelas leis constitucionais. Efetuava-se uma crescente dessacralização da sociedade, com a implantação de valores e ideais de modernidade e higienização invadindo as cidades e as relações familiares através das propostas de médicos sanitaristas e engenheiros que se tornam dominadores e difusores desse saber, gerando não raramente movimentos de resistência da população, como a Revolta da Vacina e a Cemiterada, respectivamente no Rio de Janeiro, (SEVCENKO, 2003.) e na cidade de Salvador, (REIS, 1991).

Jurandir Freire Costa demonstra como esses ideais de modernidade e higienização são defendidos e colocados como única alternativa para a população das cidades brasileiras na segunda metade do século XIX, quando a medicina em sua atuação higiênica se apossou do espaço urbano e imprimiu-lhe as marcas de seu poder. Matas, pântanos, rios, esgotos, água e ar estarão sob constante vigilância enquanto escolas, quartéis, prostíbulos, matadouros e casas de morada serão também atraídos para a órbita médica. Nesse ínterim, Um dos principais elementos defendidos será a construção de cemitérios. (COSTA, 1983, p.30)

A Igreja Católica que até então ocupava uma posição privilegiada na sociedade imperial, marcada pela oficialização do seu culto como religião oficial, vê-se então alijada da esfera do poder e reage de forma sistematizada combatendo os preceitos modernos relacionando-os à descrença da sociedade, enquanto procurava ampliar seus espaços de presença já efetiva na educação e na assistência social através de escolas, hospitais e abrigos e outras obras de cunho social. Em Cuiabá podemos perceber essa prática através das obras levadas a efeito pela Igreja Católica através da ação conjunta do Arcebispo D. Carlos Luiz D'Amour, do Bispo D. Aquino Correa e do salesiano D. Antonio Malan representadas pela construção e atuação dos Colégios São Gonçalo e Coração de Jesus assim como pelo Asilo Santa Rita. Os dois primeiros como centros educativos de referência com fundamentação religiosa em todo o Estado de Mato Grosso o último reconhecido como espaço de recolhimento de menores desafortunados . Essas obras, assim como outras obras sociais desenvolvidas pela Santa Casa de Misericórdia com apoio da Igreja, tinham como objetivo contrapor à realidade muito delicada vivida pela Igreja naquele momento, ou seja, tentavam recuperar o terreno perdido para outras seitas e para o poder efetivo do Estado.

A Igreja Católica até o final do Império era responsável e ativa participante do cotidiano da população, organizando e direcionando os mais importantes atos da vida e da morte dos cristãos, seja através de atos religiosos ou dos registros de nascimentos, de casamentos e de óbitos. Todos esses registros estavam sob o comando da Igreja, com o advento da República ela perde esses ofícios, assim como o controle sobre a população que esses ofícios proporcionavam. A Igreja Católica estava vivendo uma grande crise. Essas considerações nos inspira a repensar a questão da imagem apresentada acima. Raphael Samuel afirma: *Fotos do século XIX, ou, de qualquer maneira, aquelas reproduzidas em anos recentes, foram totalmente fabricadas*

autoconscientemente, tendo em vista o efeito narrativo ou visual. (SAMUEL, 1997, p. 63)

A partir da afirmação de Raphael, a foto apresentada acima nos proporciona um efeito narrativo, pois, a partir da sua visualização, desenvolvemos o exercício de datá-la e construímos a narrativa exposta em torno das personagens por ela apresentada.

O nome de D. Antonio Mala denomina uma das praças da cidade, localizada diante do Colégio Liceu Cuiabano, o mais tradicional estabelecimento de ensino da cidade, além de aparecer também representado em um monumento, diante do Colégio Salesiano São Gonçalo. È o monumento ao fundador, conforme a placa incrustada em sua homenagem. Se pensarmos sobre a função desse monumento, podemos considerar conforme Le Goff, que esse monumento cumpre seu objetivo de evocar o passado de perpetuar a recordação ou de fazer lembrar, da mesma forma que os monumentos funerários se destinam a perpetuar a recordação num domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte. (LE GOFF, 1996, p. 535)

O monumento em homenagem a D. Antonio Malan, construído diante do colégio, reconhecido como a maior obra de sua vida, certamente tem o objetivo de perpetuar a sua lembrança. É o monumento exercendo uma de suas principais funções que é ser um ato de fixação voltado para o passado ou para um momento do passado.

Um monumento tem também a função de garantir uma abordagem do passado, tem potencial de evocar, de mobilizar o passado. Ele funciona como um lugar de memória e tem capacidade de comunicação com o passado e com o presente. Koselleck reforça a idéia de que a cidade sempre foi espaço de disputa de poder e de organização do mundo, ele considera que os monumentos reforçam essa relação. (KOSELLECK, 2002)

Um monumento, para Koselleck, é sempre um ato de fixação, no presente, de um momento do passado, pois, está sempre voltado para o passado, tem potencial para mobilizar o passado, um potencial de mobilização de imagens cognitivas do passado através de um deslocamento envolvendo o passado e o presente. O monumento precisa participar dessas duas temporalidades, transcendendo o tempo e o lugar.

Koselleck discute os monumentos ou memoriais de guerra e sua construção envolvendo relações de força e interesses diversos como os de Estado. Esses interesses se tornam grandes agentes monopolizadores de representações do passado. Os memoriais vão se transformando enquanto reforçam a apropriação do Estado sobre o passado e sobre a memória. Para Koselleck eles buscam assegurar uma motivação

duradoura para a morte – Afinal, por que esses homens morreram? Não morreram em vão, mas sim defendendo a pátria e estabelecendo continuidade entre o passado e o presente, todos os monumentos são na verdade grandes orientadores, são como discursos que mobilizam simbolicamente o passado e o presente.

A imagem acima, como um monumento, teria como característica ligar-se à manutenção de uma realidade, ou o objetivo de perpetuar na memória da Igreja seus mais ilustres líderes enquanto religiosos e fundadores.

Referências:

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

CERTEAU, Michel. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

KOSELLECK, R. **The Practice of conceptual History**. Stanford University Press, 2002.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. SPaulo, Ed. Ateliê, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996. p. 535

MESQUITA, José de. As Necrópoles cuiabanas. **Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso**, Cuiabá, t.35-38, 1936.

PAIVA, Eduardo França. **História e imagens**. São Paulo: Ed. Autêntica, 2002.

PERARO, Maria Adenir. **Memória da Igreja em Mato Grosso – O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá**. Cuiabá: Ed. Entrelinhas, 2002.

PEREIRA LEITE, Luiz Philippe. **Bispo do Império**. Publicação do autor, 1979.

PEREIRA, Mabel Salgado. **Romanização e Reforma Ultramontana: Igreja Católica em Juiz de Fora (1890-1924)**. Notas e letras livraria e editores. Juiz de Fora, MG, 2005.

REIS, João José. **A morte é uma festa**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Ed.Unicamp, 2007.

SAMUEL, Raphael. **Teatros de memória**. Projeto História, nº 14, São Paulo: SE, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. **Revolta da vacina - Mentis insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione, 2003.